



3º Encontro de Pesquisa
em Informação e Mediação

unesp



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

MEDIAÇÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ESTUDO PRELIMINAR NO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE ARACAJU (APA)

Paulo Roberto Fernandes Junior - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Martha Suzana Cabral Nunes - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Este trabalho tem como tema a educação patrimonial em arquivos públicos a partir de uma proposta de uso da mediação cultural para fomentar a aprendizagem da cultura e dos bens patrimoniais nesse espaço. O objetivo principal é discutir o arquivo público como ambiente para a realização da mediação cultural e a promoção da educação patrimonial. Realiza-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, que se apropriou de autores da área da História, da Antropologia e da Ciência da Informação para construção teórica inicial da pesquisa de mestrado profissional em andamento. Compreende-se que a cultura é uma construção coletiva e se configura nas relações sociais e dialógicas entre os membros de uma comunidade, onde os espaços culturais como arquivos, bibliotecas e museus ganham relevância. Tais instituições são responsáveis pela salvaguarda da memória coletiva, promovendo a disseminação da cultura, do patrimônio, da memória e oportunizando o encontro da comunidade com sua história. Além disso, a construção da identidade de um povo passa pelo reconhecimento do patrimônio como um bem coletivo, mas exige que haja o desenvolvimento de ações educativas de modo a despertar nos sujeitos o interesse em sua preservação e conservação. Destaca-se, também, a importância da mediação cultural nesse contexto, de modo a facilitar o encontro do público com os objetos culturais em equipamentos culturais diversos, tais como os arquivos públicos.

Palavras-Chave: Mediação cultural; Patrimônio; Educação patrimonial; Arquivo público; Objetos digitais de aprendizagem.

CULTURAL MEDIATION AND HERITAGE EDUCATION: A PRELIMINARY STUDY

Abstract: This work has as its theme heritage education in public archives based on a proposal to use cultural mediation to foster the learning of culture and heritage assets in this space. The main objective is to discuss the public archive as an environment for carrying out cultural mediation and promoting heritage education. Bibliographic research is carried out as methodological procedures, which appropriated authors from the area of History, Anthropology and Information Science for the initial theoretical construction of the professional master's research in progress. It is understood that culture is a collective construction and is configured in social and dialogical relations between members of a community, where cultural spaces such as archives, libraries and museums gain relevance. Such institutions are responsible for safeguarding collective memory, promoting the dissemination of culture, heritage, memory and providing the community with its history. In addition, the construction of the identity of a people involves the recognition of heritage as a collective good, but it requires the development of educational actions in order to arouse interest in the subjects in their preservation and conservation. It also highlights the importance of cultural mediation in this context, in order to facilitate the meeting of the public with cultural objects in different cultural facilities, such as public archives.

Key words: Cultural mediation; Patrimony; Heritage education; Public archive; Digital learning objects.

MEDIACIÓN CULTURAL Y EDUCACIÓN PATRIMONIAL: UN ESTUDIO PRELIMINAR

Resumen: Este trabajo tiene la temática de la educación patrimonial en archivos públicos a partir de una propuesta de uso de la mediación cultural para fomentar el aprendizaje de la cultura y los bienes patrimoniales en este espacio. El principal objetivo es debatir sobre el archivo público como entorno para realizar la mediación cultural y promover la educación patrimonial. La investigación bibliográfica se realiza como procedimientos metodológicos, que se apropiaron de autores del área de Historia, Antropología y Ciencias de la Información para la construcción teórica inicial de la investigación de maestría profesional en curso. Se entiende que la cultura es una construcción colectiva y se configura en las relaciones sociales y dialógicas entre miembros de una comunidad, donde los espacios culturales como archivos, bibliotecas y museos cobran relevancia. Estas instituciones son responsables de salvaguardar la memoria colectiva, promover la difusión de la cultura, el patrimonio, la memoria y brindar oportunidades para que la comunidad conozca su historia. Además, la construcción de la identidad de un pueblo implica el reconocimiento del patrimonio como bien colectivo, pero requiere el desarrollo de acciones educativas para despertar el interés de los sujetos en su preservación y conservación. También destaca la importancia de la mediación cultural en este contexto, con el fin de facilitar el encuentro del público con los objetos culturales en diferentes equipamientos culturales, como los archivos públicos.

Palabras clave: Mediación cultural; Patrimonio; Educación patrimonial; Archivo público; Objetos de aprendizaje digitales.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a preocupação com o bem patrimonial e com a memória coletiva nacional passou a ser institucionalizada em 1937, com a promulgação da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O anteprojeto de criação desse órgão trazia o apontamento de Mario de Andrade para a relevância do caráter pedagógico e estratégico dos museus e das imagens. Segundo a própria instituição, motivado por ações institucionalizadas dos governos regionais e pela pressão dos intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, o SPHAN ganhou cena (IPHAN, 2014).

A partir disso, entende-se que abordar a história das iniciativas públicas de educação patrimonial no Brasil é também abordar a história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, haja vista o pioneirismo e o destaque das ações desenvolvidas no âmbito regional e nacional, no que tange ao patrimônio cultural brasileiro.

Nesse contexto, a mediação cultural insere-se como aspecto crucial para a promoção da cultura e o encontro entre o sujeito e sua história, sua memória e sua identidade. Entende-se a mediação cultural, a partir de Rasteli e Cavalcanti (2014, p. 44), como processo que oportuniza “[...] a produção e recepção de bens simbólicos e os dispositivos culturais (bibliotecas) como espaços de apropriação do conhecimento.”, além de ser um conceito

atualizado para as antigas práticas de realização de ações e animações culturais realizadas nas bibliotecas e outras unidades de informação na década de 1980.

A falta de consciência e de políticas públicas voltadas para a preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural, seja a nível local ou nacional, leva a inferir que a preocupação com o patrimônio histórico não é uma prioridade na sociedade brasileira, uma vez que a memória coletiva está sendo esquecida e pouco se faz para preservá-la.

Nesse cenário, outras instituições ganham relevância na salvaguarda da memória coletiva, tais como os Arquivos, os Museus e as Bibliotecas. Segundo Zanon, Magalhães e Branco (2009), o patrimônio cultural é um dos fatores que une uma sociedade, onde os indivíduos se veem refletidos nos monumentos e, por consequência, nos Arquivos e Museus. Além disso, como escreve Barros¹ (2007, p. 1), “A identidade de uma nação, de uma região está embebida nas memórias entesouradas e em partilha por instituições de cultura, como arquivos, museus e bibliotecas, ou visível nos seus monumentos e tradições”.

Os espaços dos arquivos podem se constituir como ambientes de mediação cultural, quando seu acervo é organizado e disponibilizado de forma a fomentar a cultura, a memória e o patrimônio coletivo de um povo a partir dos documentos que abrigam. Diante disso, questiona-se: como podemos relacionar a mediação cultural no ambiente dos arquivos públicos de modo a desenvolver a educação patrimonial?

O objetivo principal deste trabalho, que se configura como uma pesquisa de mestrado profissional em andamento, é discutir o arquivo público como ambiente para a realização da mediação cultural e a promoção da educação patrimonial. Realiza-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, que se apropriou de autores da área da História e da Ciência da Informação para construção teórica inicial da pesquisa de mestrado profissional em andamento

2 CULTURA E MEMÓRIA: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Para iniciar as reflexões sobre os aspectos conceituais sobre cultura é necessário fazer um resgate histórico e antropológico das discussões sobre o tema. Nesse sentido, as contribuições da pesquisa de Laraia (2001) proporcionam uma visão ampla acerca desse percurso, pois apresenta os muitos pesquisadores que se debruçaram em seu tempo, sobre o entendimento do que é cultura.

¹ Arquivista e Historiadora do Arquivo Regional da Madeira, Portugal.

Assim, no primeiro momento, Laraia (2001) aborda o entendimento sobre cultura proposto por pensadores, que atrelavam a concepção cultura aos aspectos biológicos humanos. Para eles, e segundo Laraia (2001), a biologia humana estava relacionada com as práticas culturais. Com isso em mente, Laraia (2001) usou exemplos dos escritos de figuras históricas como Herodoto (484-424 a.C.); Tácito (55-120); Marco Polo (1271-1296); Padre José de Anchieta (1534-1597) e Montaigne (1533-1572), para apresenta as diferenças culturais presentes na espécie humana e mostrar que o determinismo biológico não dá conta de explicar a multiculturalidade existente em nossas sociedades, uma vez que a cultura ultrapassa esses aspectos.

Ainda com base nessas reflexões, Laraia (2001) apresenta os pensamentos de Taylor (1871) que concebia a cultura como um fenômeno natural, com causas e regularidades, desconsiderando os múltiplos caminhos da cultura. Para Taylor (1871), segundo (Laraia 2001), a cultura poderia ser medida seguindo uma escala de “evolução das civilizações humanas”, o que colocava as nações europeias no extremo do desenvolvimento de civilização e os outros como tribos selvagens. Portanto, “[...] predominava, então, a ideia de que a cultura se desenvolve de maneira uniforme, de tal forma que era de se esperar que cada sociedade percorresse as etapas que já tinham sido percorridas pelas "sociedades mais avançadas" (LARAIA, 2001, p. 19).

Em contrapartida, pensadores do mesmo momento refletiam e teciam críticas sobre a ideia evolucionista de cultura. Segundo Laraia (2001), Frans Boas (1858-1949) foi um desses intelectuais, ele analisava a cultura a partir dos caminhos históricos que cada povo enfrentou, o que proporcionou uma ideia mais ampla e uma abordagem multilinear sobre cultura. Corroborando com isso e indo de encontro com o determinismo biológico, segundo Laraia (2001), o pensador Kroeber (1876-1960) refletiu sobre a superação das limitações orgânicas que o homem teve graças a cultura, Laraia (2001) mostra exemplos dessa superação, onde o homem utiliza de equipamentos culturais para tal feito, para Kroeber o homem é considerado predominantemente cultural resultado do meio que foi socializado, para ele a cultura é: “[...] mais do que a herança genética, determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações. [...] é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo.” (LARAIA, 2001, p. 26).

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

Portanto, ao tratar de cultura, sabe-se que a história registra as transformações culturais das sociedades humanas, a fim de compreender os caminhos que conduzem a humanidade nas relações presentes e nas perspectivas de futuro (SANTOS, 1994). Assim, percebe-se que as transformações culturais acontecem no interior das sociedades e nos contatos e conflitos entre os povos. Desta forma, para Santos (1994), o estudo da cultura contribui para o combate aos preconceitos, pois oferece um terreno firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas.

Ainda para compreender o entendimento sobre o que é cultura, é necessário assimilar que as relações de poder proporcionaram, ontem e hoje, múltiplas relações e transformações sociais e culturais. Para Santos (1994), desde a sedentarização dos povos nômades, no período da história antiga, até os dias atuais, a classe dominante expressa seus interesses por meio do controle cultural, em prol do benefício próprio, principalmente em sociedades marcadas pela desigualdade social, como no Brasil.

Somado a isso, o controle do conhecimento é um dos mecanismos de poder sobre a cultura, detido por parte da elite, a ele estão atrelados os serviços públicos de educação e de formação intelectual. Para Santos (1994), se um povo não emite juízo de valor sobre a sociedade, a desigualdade, a opressão e o sofrimento, eles serão vistos como relativos, e da mesma forma sua cultura.

Em vista disso, alerta-se para o equívoco do pensamento positivista sobre a cultura, que aborda a observação de culturas alheias, segundo o ponto de vista definido pela cultura do observador. Sendo assim, este pensamento está atrelado à visão de verdadeiro ou falso, certo ou errado a partir de um único ponto de vista ou cultura. Esse pensamento causa a falsa impressão de superioridade ou inferioridade entre culturas, desconsiderando, segundo Santos (1994), o desenvolvimento histórico das relações entre povos e nações.

Uma vez que se desconsidera essas relações, infere-se que a cultura é algo estático, parado. Entretanto, de acordo com Santos (1994. p. 83), “se a cultura não mudasse não haveria o que fazer senão aceitar como naturais as suas características, e estariam justificadas assim as suas relações de poder.” Desta forma, Santos (1994) escreve que a cultura é resultado da história particular de cada sociedade, e isso inclui as relações com outras culturas, as quais podem ter características bem distintas.

O pensamento positivista empregado na cultura por parte da classe dominante, é um mecanismo de manutenção do poder sobre ela, pois hierarquiza as culturas humanas em

III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

07 e 08 de Junho de 2021

superiores e inferiores. Ligado a isso, impõe-se a ideia de estágios de evolução para as sociedades humanas, caracterizando-as em três momentos: selvageria, barbárie e civilização. Essa visão evolutiva está imbuída de preconceitos e discriminação raciais, haja vista que nos registros históricos, muitos são os casos de dominação de povos por outros povos, ditos civilizados, desenvolvidos e superiores.

Em contraponto a isso, o relativismo cultural surgiu dos estudos antropológicos no século XIX e início do século XX por meio do que se denominou de Antropologia cultural, com o intuito de propor uma metodologia de análise de grupos sociais a partir da observação de suas manifestações culturais, sem a emissão de juízo de valores ou promover comparações e hierarquizações com base na cultura do observador (CASTRO, 2012). Essa metodologia permitiu a análise de dados fundamentada na contextualização social dos indivíduos estudados em fatos históricos, econômicos, sociais, políticos e geográficos. Nesse sentido, o relativismo cultural proporcionou reflexões sobre a superioridade da “cultura ocidental”, principalmente a cultura eurocêntrica e o etnocentrismo.

Entretanto, segundo Santos (1994, p.16), “se insistirmos em relativizar as culturas e só vê-las de dentro para fora, teremos de nos recusar a admitir os aspectos objetivos que o desenvolvimento histórico a relação entre povos e nações impõe”. Para ele, não há nenhuma lei natural que caracteriza uma cultura superior a outra e sim, processos históricos que as relacionam e estabelecem marcas verdadeiras e concretas entre elas. Desta forma, Santos (1994) alerta para o problema de se enfatizar e relativizar todos os processos e critérios culturais, visto que isso é uma questão “estéril”, pois na história concreta essas relações entre povos acontece de forma desigual no poder e em todos os sentidos, os quais hierarquizam povos e culturas. Para Santos (1994), isso é um fato da sociedade humana e não há como refletir sobre cultura, ignorando essas desigualdades e dominações.

Tanto Santos (1994) quanto Santos e Aquino (2016), apresentam em seus trabalhos conceitos basilares do que seria cultura. Nessa perspectiva, Santos (1994) expõe duas concepções básicas do que é cultura: a primeira preocupa-se com os aspectos da realidade social, ou seja, diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência da vida em sociedade de um povo ou nação, os modos de conceber e organizar a vida social, trata-se da totalidade das características de uma realidade social; já a segunda, aborda especificamente o conhecimento, ideias e crenças de uma sociedade, bem como a maneira de como ela se expressa e existe.

Para Santos e Aquino (2016), três teorias idealistas de cultura foram identificadas: a primeira trata cultura como um sistema cognitivo, abordando-se a concepção de universo construído pelos indivíduos em sociedade; a segunda, refere-se à cultura como sistemas estruturais, acumulativos de criação da mente humana, ou seja, uma unidade psíquica; já a terceira teoria, discorre sobre cultura como um sistema simbólico, marcado pelos códigos simbólicos partilhados pelos indivíduos sociais do mesmo grupo cultural. Essa concepção está relacionada ao controle, às regras e instruções estabelecidas em sociedade.

Diante desses apontamentos, compreender o que é cultura torna-se complexo em poucas palavras, ou mesmo de se definir em apenas um único conceito. Para Santos e Aquino (2016), cultura é uma das duas ou três palavras mais complexas da língua portuguesa, pois o entendimento do termo se concentra nas complexidades intra e intersubjetiva das manifestações políticas, econômicas, sociais, ideológicas e humanas de um ou mais grupos sociais.

Além disso, Santos e Aquino (2016) abordam em seu trabalho as diversas áreas do conhecimento que se debruçam sobre o conceito de cultura, a fim de compreendê-lo, utilizando-se de múltiplos olhares e métodos de investigação. De acordo com as autoras, na Antropologia concebe-se o conceito semiótico de cultura como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis e a análise dos valores modais da identidade dos povos; para a História os estudos culturais giram em torno do “encadeamento dos artefatos materiais dos universos simbólicos na constituição de uma civilização” (SANTOS; AQUINO, 2016, p. 37-38); para a Ciência da Comunicação em conjunto com a Antropologia Cultural, busca-se compreender o diálogo entre mídia e as identidades sociais.

Santos e Aquino (2016, p. 37) escrevem, também, que os estudos culturais têm adotado amplas temáticas, tais como: “globalização, a fratura das paisagens sociais; a força das migrações; e o processo de homogeneização e de diferenciação.” Além disso, para as autoras, a diversidade nos campos políticos, sociais e econômicos de aplicação do campo, contrasta com os estudos mais recentes.

Da mesma forma, Santos e Aquino (2016) apresentam um outro ponto divergente dos estudos culturais, pois, para elas, na Europa e na América do Norte destaca-se a questão acerca dos conceitos de multicultural, multiculturalismo; já na América Latina, os estudos abordam a cultura popular. Ou seja, os estudos acerca do entendimento sobre o que é cultura

são amplos e abordados por diversos campos, ponto de vistas, métodos, momentos históricos e geográficos.

Retomando a discussão sobre as áreas do conhecimento que tentam compreender o que é cultura, destaca-se neste trabalho os esforços das Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas, em especial da Ciência da Informação. Deste modo, para as Ciências Sociais, os estudos têm norteado as ideias de ruptura com as ideologias culturais baseadas apenas, ao capital literário, conforme explicam Santos e Aquino (2016). Para as autoras, tal abordagem amplia o olhar cultural sobre as relações de poder, a construção de ideologias, identidade e formas de resistência através dos grupos sociais.

Para Santos e Aquino (2016), é nos estudos semióticos que surgem os espaços para discussão interdisciplinar sobre a cultura, especialmente, sobre as relações dos sujeitos em seu meio social, com ênfase nos processos de comunicação e de informação. Nesse sentido, as autoras mostram que esse caminho leva às dinâmicas de produção, organização, apropriação, disseminação, acesso e uso da informação, dando espaço nas pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas e Ciência da Informação.

Em vista do discutido, este trabalho compreende cultura como um produto coletivo da vida humana, baseado nas dimensões e aspectos da vida em sociedade, que inclui todo conhecimento e suas expressões materiais e imateriais, objetivas e subjetivas, além de ser um processo dinâmico, singular e plural de construção histórica e em constante transformação para transpor o domínio cultural.

Da mesma forma, identificar o que se entende por memória é um desafio para as áreas do conhecimento. Sabe-se que no senso comum, memória está relacionada à função cognitiva de guardar e lembrar informações e lembranças do que passou. Para a Psicologia, de modo genérico, memória é “[...] relativa à globalidade dos conhecimentos adquiridos por um indivíduo” (MESQUITA; DUARTE, 1996, p. 143), contudo, na mesma área, existem diversos aspectos para compreensão do termo: memória episódica ou autobiográfica; memória icônica; memória semântica (MESQUITA; DUARTE, 1996); memória de curto prazo; memória operacional; memória fotográfica; memória social; memória subjetiva; memória verbal (BIBLIOTECA VIRTUAL DE SAÚDE, 2014) entre outras.

Segundo Silva e Silva (2009), foi Sigmund Freud que no século XIX debateu de maneira mais profunda as questões relacionadas memória humana, abordando o caráter seletivo. Para Freud, nos lembramos das coisas de forma parcial a partir de estímulos externos e

selecionamos as lembranças. O pesquisador propôs a superação do sentido de memória como um simples repositório de lembranças pois, para ele, a mente não é um museu (SILVA; SILVA, 2009).

Conforme Le Goff (1990, p. 423), memória é a “[...] propriedade de conservar certas informações, [que] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. A História iniciou os estudos sobre o conceito de memória recentemente, a partir da década de 1970, com a Nova História. Segundo Silva e Silva (2009), esses estudos abordaram inicialmente a História Oral, com o intuito de compreender como a memória age sobre a compreensão do passado e do presente.

Nesse percurso, de acordo com Silva e Silva (2009), a discussão sobre o uso da memória como documento histórico ganhou forças. De um lado o teórico Maurice Halbwachs defendia a distinção entre memória coletiva e memória histórica, uma vez que em uma história existem muitas memórias. Para Halbwachs, a História representava fatos distantes; já a memória age sobre o que foi vivido (SILVA; SILVA, 2009). Contudo, essa discussão foi superada e considera-se que existe uma distinção entre memória e História, já que a História trabalha com acontecimentos produzidos pela sociedade, ao passo que a memória trabalha com a reação que os fatos causaram nos indivíduos; mas as duas são inseparáveis, segundo Silva e Silva (2009), uma vez que, compreende-se que a História é uma construção que resgata o passado do ponto de vista social, desta forma, há um paralelo entre os indivíduos sociais por meio da memória, principalmente coletiva.

Nessa perspectiva, a História aceita a ideia de memória individual e coletiva, como documento passível da compreensão dos aspectos sociais do passado. Segundo Silva e Silva (2009) a memória coletiva, tem alguns aspectos específicos, como por exemplo: (1) girar em torno, quase sempre, de lembranças do cotidiano do grupo; (2) estar fundamentada na própria identidade do grupo ou comunidade; (3) simplificar a noção de tempo, como passado e presente; (4) basear-se em imagens e paisagens e o (5) próprio esquecimento é uma característica relevante da memória coletiva, pois de modo pensado há decisões do grupo em ocultar determinado fato.

Damin *et al.* (2018) também abordam, em seu trabalho, a ideia de memória coletiva e individual. Sendo assim, os autores buscam em Erll (2008) o arcabouço teórico acerca de dois níveis de inserção entre memória e cultura: o cognitivo e o social. Para eles, o primeiro está

atrelado à memória biológica, mas ressalta a ideia de que nenhuma memória é somente individual, uma vez que se molda por meio de contextos coletivos e socioculturais; o segundo nível está na ordem simbólica, construída por instituições, mídia e práticas que promovem a criação de um passado compartilhado, nesse segundo nível é que a memória individual se moldaria (ERLL, 2008 *apud* DAMIN *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, Damin *et al.* (2018) refletem sobre a memória cultural a partir das relações com o patrimônio cultural e a informação. Desta forma, para eles, é possível refletir que a memória cultural, além de representada está em processo permanente de (re)criação e ressignificação em sua forma e conteúdo. Os autores, abordam o conceito de “objetos de mediação da memória”, que podem ser: fotos, vídeos, textos que não somente fazem a mediação com o passado, mas também entre os indivíduos em sociedade. Ou seja, pode-se entender os objetos culturais em arquivos como objetos de mediação da memória.

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS PERMANENTES/HISTÓRICOS

Para entender melhor o papel da educação patrimonial dentro de arquivos é mister compreender tal conceito. Sendo assim, para Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4) educação patrimonial é um:

[...] processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Ou seja, educação patrimonial é uma metodologia sistemática que possibilita que o usuário/indivíduo tome consciência da herança cultural contida nas manifestações/objetos culturais de sua sociedade, criando nele o sentimento de valorização desses bens. Portanto, tendo como premissa que a base da educação patrimonial é o Patrimônio Cultural como fonte primária, um arquivo permanente que exerce sua função administrativa de guarda e organização de manifestações culturais é por natureza um espaço onde a educação patrimonial deve acontecer.

Para Martedal, Lemos e Ventura (2017), tendo em vista a pluralidade dos usuários e levando em consideração suas diferentes práticas e formas de pesquisa, o retorno esperado do arquivo demanda muito mais do que um ambiente de cultura, mas também de formação.

Portanto, o arquivo também é responsável pela formação do usuário e é nesse sentido que a educação patrimonial pode contribuir. Nessa linha de pensamento, Gohn (2009, p. 31) aborda o uso das atividades nos campos das Artes, Educação e cultura como sendo práticas de educação não-formal e escreve: “As práticas da educação não-formal se desenvolvem usualmente extramuros Escolares”.

Assim, a educação patrimonial pode ser compreendida como uma prática de educação não formal realizada extramuros escolares, e que se utiliza de recursos diferentes dos normalmente utilizados em salas de aula. Assim, ao ser apropriada pelas instituições arquivísticas, pode-se desenvolver um papel fundamental na construção da cidadania, uma vez que garante o direito ao acesso à informação (MORIGI; VEIGA, 2007). Para os autores, “embora o direito à informação por si só, não garanta o pleno exercício da cidadania, sem este direito não é possível conquistar, de forma plena, todos os demais (MORIGI; VEIGA, 2007, p. 31). Ao encontro dessas ideias, Parrela (2013) aponta que as instituições arquivísticas, “devem destacar nos trabalhos educativos não apenas as funções de apoio à administração e a pesquisa histórica, mas também a importância do documento arquivístico para garantia de direitos [...]”.

Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4), a educação patrimonial é também um instrumento de “alfabetização cultural”, “[...] que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. Nesse sentido, Gohn (2009, p. 31) escreve:

a educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: [...] Aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.

Logo, a educação patrimonial, como parte da educação não formal, contribui para o entendimento da realidade de cada indivíduo e/ou comunidade, fazendo com que haja tomada de consciência, de seu contexto social e possibilita, assim, a liberdade e a mudança de realidade de cada indivíduo.

4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL

A compreensão de cultura, em linhas gerais, está relacionada a todo o conhecimento, num sentido ampliado, e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso (SANTOS, 1994). Além disso, como já abordado neste trabalho, sabe-se que a cultura é dinâmica e as relações sociais entre diferentes culturas as transformam, pois a mudança é um aspecto fundamental da cultura.

Nesse sentido, pode-se traçar uma relação entre cultura e informação. Para Gomes (2019), a informação é o conhecimento em estado de compartilhamento, e sua natureza social é resultado do processo dialógico que sustenta e subsidia a criação do conhecimento, o que por sua vez, tem a potencialidade de proporcionar ao indivíduo a capacidade de modificar o próprio conhecimento e o mundo. Deste modo, para Almeida Júnior (2015), a construção do mundo é feita por meio das relações que as pessoas têm entre si, em um estado de dependência umas das outras para a construção do conhecimento próprio. O que por sua vez, evidencia que o conhecimento é formado por meio da mediação, que ocorre entre as pessoas, tornando-as também mediadores na construção do conhecimento coletivo.

Nesse sentido, pode-se pensar na informação como parte essencial do processo de produção de conhecimento. Assim, entende-se que sem informação não há conhecimento e sem conhecimento não há informação, cultura ou mesmo transformações sociais. Assim, compreender o que é o processo de mediação, é fundamental para apreender o que é mediação cultural, tendo em vista que mediar a informação é inerente à mediação cultural.

Para Almeida Júnior (2015), os equipamentos informacionais interferem na construção da informação, seja no atendimento aos usuários, ou nos serviços de referência. Para ele, em todas as ações realizadas pelo profissional da informação nas unidades informacionais, há a mediação da informação, que por sua vez não é neutra da realidade e subjetividade de quem a executa.

Para, Almeida Júnior (2015), a mediação da informação é toda interferência realizada pelo profissional da informação, seja ela direta ou indireta, consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; e que possibilita a apropriação da informação. A interferência citada pelo autor tem conexão com a não neutralidade do profissional da informação, o que para Nascimento, Moro-Cabero e Valentim (2015) está relacionado à impossibilidade de se dissociar, em um grau de objetividade elevado, da sua “intra-história”, ou seja, carga de

crenças, valores, e ideologias de sua cultura, que de modo efetivo e subjetivo estão impregnados nas suas atitudes e escolhas, impedindo-o de alcançar a neutralidade.

Nessa perspectiva, Almeida Júnior (2015) apresenta duas formas de mediação da informação: a primeira trata da mediação implícita, onde não há a presença física e/ou imediata do profissional da informação e a segunda versa sobre a mediação explícita, que se mostra em tempo presente no contato entre o profissional da informação e o usuário, em um processo conjunto de mediação.

Por sua vez, ao buscar a terminologia “Mediação cultural” no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística elaborado pelo Arquivo Nacional (2005), não se recupera a definição, uma vez que não existe no campo da arquivística. O que mais se aproxima da atividade cultural em arquivos é o termo “divulgação”, que se trata de um “Conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 72). Nesse mesmo conceito, encontram-se termos relacionados em outros idiomas, como por exemplo em espanhol: “programa de difusión actividades culturales”, diretamente ligado à ideia de cultura. Contudo, entende-se que o termo “divulgação” é raso e generalista, e não abarca a complexidade das relações e processos entre o usuário, o objeto cultural e o profissional da informação.

Portanto, buscou-se em Aldabalde e Rodrigues (2015, p. 259), a definição da terminologia “Mediação Cultural” e encontrou-se o seguinte:

[...] mediação cultural é o processo cujo objetivo é a cultura dirigida com uma dinâmica interativa em relação ao público, para o qual se volta a estratégia da construção, com o objetivo de promover a democratização e democratização cultural, resultando em produtos e serviços tais como a produção audiovisual, efemérides histórica, recital, mostra de arte, oficina e concerto.

Por sua vez, Perrotti e Pieruccini (2014), apontam que o contexto da mediação, da recepção e da produção cultural estabelecem relações entre si, pois para eles cada categoria, em sua irredutibilidade, reflete e refrata a outra, em um processo dinâmico de interferências múltiplas. Desta forma, Perrotti e Pieruccini (2014) apresentam em seu trabalho um modelo triádico da comunicação que relaciona a recepção e produção cultural ao mediador. Nessa perspectiva, adaptando o modelo triádico proposto por Perrotti e Pieruccini (2014), para a compreensão de mediação cultural por meio dos objetos culturais, pode-se visualizar as relações e trocas ocasionadas nesse processo, como é possível ver na figura 1:

Figura 1 - Modelo triádico para a Mediação Cultural



Fonte: Adaptado de Perrotti e Pieruccini (2014, p. 14).

Com base nisso, compreende-se que a mediação cultural desenvolvida na educação patrimonial nos arquivos é uma categoria intrínseca a qualquer processo cultural e, nesse sentido, pode-se dizer que não há informação ou comunicação sem mediação, haja vista que a noção de mediação cultural está ligada ao “ato de significação” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014). Nesse sentido, entende-se também que a mediação é um processo inerente a todas as atividades desenvolvidas nos arquivos, pois segundo Barcellos e Souza (2019, p. 4) “[...] a mediação da informação perpassa todos os serviços relacionados à organização documental arquivística, tais como: identificação classificação, ordenação e descrição documental.”

Por um outro ponto de vista, o entendimento sobre mediação cultural vai ao encontro da proposta metodológica da educação patrimonial e dos ideais freireanos de democratização da educação (FREIRE, 1987), haja vista que, para Paulo Freire, em suas obras, as pessoas são agentes transformadores do mundo e a educação deve proporcionar ao educando a compreensão da realidade que o cerca por meio de uma visão crítica, respeitando sua cultura e história de vida. Os ideais freireanos baseiam-se no estímulo à criatividade dos educandos e na interação entre os mesmos e o educador, ao ponto de não se distinguirem os papéis. Freire (1987) acredita que ninguém educa ninguém, ao mesmo tempo ninguém educa a si mesmo, mas em conjunto as pessoas educam-se entre si, mediatizados pelo mundo. O que para ele configura-se na dualidade entre o educador-educando e educando-educador.

Em consonância com essas ideias, Gomes (2019) trata a mediação da informação como mecanismo para o desenvolvimento do protagonismo social. Para a autora, isso acontece por meio do processo dialógico entre os agentes e os dispositivos de informação, onde o agente mediador age, constrói e interfere no meio, carregando em si características do protagonismo social.

Segundo Gomes (2019), existem cinco dimensões da mediação da informação que, se alcançadas e articuladas, tornam a mediação efetiva e propulsora do protagonismo social. A

primeira diz respeito à **dimensão dialógica**, momento em que ocorre o encontro da manifestação e da interlocução entre diferentes sujeitos sociais, esse processo favorece o exercício crítico e a observação das lacunas no conhecimento dito estabilizado, proporcionando ao sujeito o autoconhecimento; a segunda versa sobre a dimensão **estética**, momento em que o sujeito alcança o prazer estético, reconhecendo a beleza do conhecimento construído, da apropriação e da geração de novos conhecimentos; a terceira trata da **dimensão ética**, que exige uma postura de abertura e acolhimento ao diferente, demandando do mediador o saber ouvir e dialogar com o outro, além da capacidade de escuta e observação sensível; a quarta dimensão é a **formativa**, marcada pelo caráter educacional de realização de atividades de formação do usuário, como também de qualificação profissional e a última dimensão aborda o aspecto **político** da mediação, onde o mediador, na condição de protagonista da mediação, interfere no meio.

Além disso, compreende-se que o papel do mediador é o fator diferencial na mediação, uma vez que a proposta será alcançada se ele tiver em mente: “[...] como irá trabalhar com os diferentes contextos envolvidos na leitura das imagens: o contexto de produção sim, mas também o contexto de recepção, o da instituição e o seu próprio.” (ALENCAR, 2015, p. 86). Sendo assim, a mediação da informação, quando realizada com consciência, proporciona aos sujeitos o protagonismo social, tomada de consciência e a transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O estudo que se empreende e que nesse momento está em fase de finalização e defesa de dissertação, vai apresentar como produto final uma proposta de elaboração de objetos digitais de aprendizagem para promoção da educação patrimonial no Arquivo Público da Cidade de Aracaju.

Para o momento, podemos considerar que os estudos sobre educação patrimonial têm como nascedouro as primeiras experiências de cursos oferecidos pelo IPHAN e sua trajetória teve como obstáculos, dentre outros, o fato de ser uma instituição que, apesar de reconhecida contribuição à história e à cultura do país, ainda é suscetível aos governos que ora valorizam ora desvalorizam os investimentos na cultura e na educação patrimonial.

Destaca-se, também, a importância da mediação cultural nesse contexto, de modo a facilitar o encontro do público com os objetos culturais em equipamentos culturais diversos, tais como os arquivos públicos.

Todavia, entende-se que esses são aspectos cruciais para construir nos sujeitos o gosto pela cultura, o sentimento de identidade e pertencimento a um coletivo, além de proporcionar a apropriação do conhecimento e o cuidado e zelo com o patrimônio público, aquele que conta nossa história e que é capaz de servir de memória a um povo.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, T. V.; RODRIGUES, G. M. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 255-264, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org>. Acesso em: 12 maio 2020.

ALENCAR, V. P. Das “lições de coisas” à Mediação Cultural: permanências atitudinais e possibilidades de dissenso e contravizualidade na Educação em Museus de História. **Revista Acesso Livre**, v. 6, dez. 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu> Acesso em: 12 maio 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p. p.9-32.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. (DBTA)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br> Acesso em: 10 maio 2020.

BARCELLOS, B. G. B.; SOUZA, E. G. Mediação cultural nos arquivos: aproximação com educação patrimonial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ENANCIB, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/754/484> Acesso em: 31 nov. 2020.

BARROS, F. Arquivos históricos nos dias de hoje: aliantes desafios, múltiplos papéis. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9., 2007, Funchal-Portugal. **Anais [...]** Funchal-Portugal: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2007. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/573>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CASTRO, M. M. M. Cultura, Identidade e o Debate Relativismo Cultural x Direitos Humanos nas Relações Internacionais Perspectivas Dialógicas após a Conferência de Viena de 1993. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 1, n. 2, ago./dez. 2012. Disponível em: <file:///home/profuturo/Descargas/18999-61923-1-PB.pdf>. Aceso em: 10 nov. 2020.

DAMIN, M. L.; DODEBEI, V.; MORIGI, V. J.; MASSONI, L. F. H. Patrimônio cultural, memória social e informação: a cidade de Porto Alegre na palma da mão? **Em Questão**, v. 24, n. 2, pp.

388-403, 2018. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245242.388-403>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php//article/view/1> Acesso em: 20 fev. 2020.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644> Acesso em: 01 dez. 2020.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> Acesso em: 21 ago. 2020.

IPHAN. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf Acesso em: 14 set. 2020.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar" Editora, 2001.

LE GOFF, J. Memória. *In*: LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf> Acesso em: 14 set. 2019. p. 423-478.

MARTEDAL, F. F.; LEMOS, L. H.; VENTURA, R. A educação Patrimonial para o acesso a informação em arquivos e museus. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v.22, n. 3, p. 498-513, ago./nov., 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1349> Acesso em: 10 maio 2020.

MESQUITA, R.; DUARTE, F. **Dicionário de Psicologia**. Santa Marta de Corroios, Portugal: Plátano Editora, 1996.

MORIGI, V. J.; VEIGA, A. Esfera pública informacional: os arquivos na construção da cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 31-39, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/639> Acesso em: 30 nov. 2020.

NASCIMENTO, N. M.; MORO-CABERO, M. M.; VALENTIM, M. L. P. Mediação da informação em ambientes empresariais com enfoque nos fluxos de informações. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO, 2., 2015, Marília. **Anais** [...] Marília: Unesp, 2015. Disponível em: <http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIPEM/IIPEM/paper/viewFile/6/30>. Acesso em: 10 maio 2020.

PARRELA, I. D. Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 107-116, jan. /abr., 2013.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, out. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p01>. Acesso em: 30 nov. 2020

RASTELLI, A.; CAVALCANTE, L. E. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr. 2014. Disponível em: DOI: 10.5007/1518-2924.2014v19n39p43 Acesso em: 30 mar. 2021.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, T. H. N.; AQUINO, M. A. Entre os estudos culturais e a Ciência da Informação: Fontes de informação com a temática étnico-racial. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 29 – 55, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/> Acesso em: 14 set. 2020.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitoshistc3b3ricos.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

ZANON, E. R.; MAGALHÃES, L. H.; BRANCO, P. M. C. **Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática**. Londrina-PR: UniFil, 2009.